



15 mil marcharam a Brasília repudiando as contra-reformas do governo Lula!

A Marcha a Brasília conseguiu dar grande repercussão nacional à contestação que a comunidade universitária tem feito às contra-reformas protagonizadas pelo governo Lula. Caravanas da maioria dos estados brasileiros trouxeram professores, funcionários e especialmente muitos estudantes que somaram forças com os trabalhadores articulados na esquerda da CUT e do MTL (Movimento Terra Trabalho e Liberdade, dos sem-terra).

Discursos veementes apontaram que as contra-reformas protagonizadas pelo governo representam um golpe e, mesmo, traição aos projetos que o PT vinha defendendo antes que Lula assumisse a presidência da república.

A maciça presença das universidades destacou nosso repúdio ao processo de mercantilização do setor de ensino superior. As manifestações sobre as contra-reformas sindicais e trabalhista denunciaram a perda de direitos trabalhistas e a concentração de poder nas centrais sindicais, afrontando a autonomia e a democracia da representação sindical.

Esse grande ato em Brasília demonstrou nossa firme determinação em não transigir na defesa da educação pública, gratuita e de qualidade, bem como na construção de uma sociedade justa e solidária, onde todos os direitos de cidadania sejam respeitados. Ele também marcou uma importante rearticulação de diferentes setores dos movimentos sociais, confrontando-se com um projeto de governo que vem usando um discurso com roupagem social para dar continuidade a diretrizes econômicas que apenas privilegiam os estonteantes lucros das elites econômicas, particularmente do capital financeiro.



Concentração antes da Marcha: movimento social volta às praças e avenidas e demonstra fôlego. Ao lado: bonecos reproduzem os ministros do Trabalho e da Fazenda. Na última foto, detalhe da Marcha: faixa resume sentimento de revolta contra o conteúdo da reforma universitária do MEC



Dá para acreditar!?!?

“Na década de 60, o movimento estudantil saiu às ruas e enfrentou a ditadura militar empunhando a bandeira da reforma universitária. Hoje, quase quarenta anos depois, essa luta é retomada por um governo popular e democrático, apesar de alguns setores e instituições se colocarem reticentes à idéia, por diversos motivos.”

(Trecho de documento que o MEC encaminhou aos deputados federais em 23/novembro/04 para defender a sua contra-reforma universitária e anunciar que até 15/12 encaminhará seu pré-projeto ao presidente da República – www.mec.gov.br/reforma/panfletos/Panfletao.pdf)



Além de demagogia, cinismo!

Com discursos como o que reproduzimos na capa deste jornal, o MEC se auto indica como guardião dos ideais de reforma universitária que a comunidade universitária defendeu heroicamente na década de 60. Suas bandeiras compreendiam a gestão paritária, expansão de vagas na universidade pública, assistência estudantil, uma universidade voltada ao interesse da maioria da população e à construção de uma nação soberana.

Em que capítulo desta nossa luta histórica inscreve-se a ampliação dos subsídios às empresas de educação superior, com a compra de vagas através de isenções tributárias e previdenciárias, bem como o FIES (que em 2003 já somaram 1,7 bilhões de reais!)? Onde estão os interesses populares e de soberania nacional no direcionamento utilitarista e mercadológico dado pela dita “lei de inovação tecnológica” à pesquisa na universidade e demais instituições de pesquisa públicas? Ou, ainda, onde encaixar a privatização do espaço universitário público propiciado pelas fundações privadas, ditas de apoio, e que o MEC tenta legalizar por meio do decreto 5.205?

O MEC exerce bem o discurso social-mercado-lógico assumido pelo governo Lula. Utiliza o diagnóstico crítico à conjuntura social apontado pelos movimentos sociais, mas todas as suas ações significativas visam atender aos interesses imediatos do mercado e estratégicos para o modelo neoliberal. Mas essa tática cada vez mais dá sinais de incapacidade em conter os movimentos sociais. Nossa Marcha a Brasília e a manifestação do MST naquela capital são o prenúncio dos movimentos sociais que estão por vir. É isso que estão detectando os tradicionais órgãos de informações, agora acionados pelo governo Lula.



Brasília assistiu, no último dia 25/11 ao recrudescimento das manifestações populares. Os militantes da educação tomaram as ruas e avenidas da capital, para assinalar nosso protesto contra a privatização da universidade. Na foto ao lado, a senadora Heloísa Helena discursa ao lado dos deputados federais Luciana Genro e Babá, e do líder sindical Jorginho, da direção nacional da CUT (oposição). Apesar da presença da Polícia Militar (foto abaixo), não houve incidentes graves



Congregação da FFLCH critica a reforma imposta pelo MEC

A Congregação da FFLCH realizou, no dia 19/11, no Auditório Abraão de Moraes do IF, debate sobre a Reforma Universitária, que contou com a participação dos professores Fernando Haddad (secretário-executivo do MEC), Marina Barbosa Pinto (presidente do Andes-SN), Américo Kerr (presidente da Adusp), Sedi Hirano (diretor da FFLCH) e Flávio Aguiar, como mediador, e do estudante Antonio David Ferreira (diretor do DCE).

O secretário-executivo do MEC mostrou-se incomodado em ser voz isolada em defesa das posições do governo. O professor Aguiar esclareceu que a Congregação convidara mais dois outros representantes do MEC, os professores Renato Janine, diretor da Capes, e Hélió Trindade, presidente da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior-Conaes, que não puderam comparecer em razão de compromissos agendados anteriormente. Para que houvesse equilíbrio nas manifestações, foi concedido maior tempo de fala ao professor Haddad.

O debate teve início com a leitura, pelo professor Hirano, de uma carta da Congregação da FFLCH sobre a reforma universitária, defendendo “um projeto mais abrangente para a universidade, que defina seu lugar como instrumento da construção nacional e da luta contra a injustiça social”, e criticando o eixo financiamento-expansão-avaliação no qual a reforma está centrada, por ser “insuficiente, ainda que necessário”.

Sobre o financiamento, considera que “as medidas do governo federal e as dos principais governos estaduais têm tornado cada vez mais incerta a base de financiamento das instituições públicas, fazendo-o depender, de modo

crescente, do seu entrosamento com o setor privado através das fundações”.

Em relação ao ProUni, a Congregação entende que os procedimentos a serem adotados “tendem a nivelar por baixo os padrões de ensino, fortalecendo a indústria de diplomas e configurando atendimento ilusório de uma reivindicação social”.

Após afirmar que o Sinaes ameaça a autonomia universitária, o documento sugere que o eixo da avaliação “seja a discussão do papel das universidades no corpo social que as contém, das suas condições de trabalho e aí sim, do seu desempenho institucional diante das demandas legítimas da sociedade, expressas, entre outros meios, pelo Plano Nacional de Educação”.

“Regulação”

O representante do MEC, falando em seguida, apontou dois problemas no ensino superior atual que a reforma visa combater: a soberania do sistema privado e os entraves burocráticos que impedem o funcionamento do sistema público. “Pretendemos a regulação do setor privado e a autonomia do setor público”, disse.

As propostas governamentais foram duramente criticadas tanto pelos outros componentes da mesa como pelo público. A professora Marina Barbosa avaliou que a reforma universitária defendida pelo MEC reflete a opção política do governo, definida “a partir de orientações estratégicas internacionais



Professores Américo Kerr, Marina Barbosa, Fernando Haddad e Flávio Aguiar; e Antônio David, do DCE: debate no Instituto de Física explicitou divergências profundas em torno da reforma proposta pelo MEC. Ao lado, o professor Sedi Hirano, diretor da FFLCH



da economia mundial, com as quais o governo tem consonância e concordância”.

O professor Américo Kerr classificou as mudanças em andamento como contra-reforma. “O projeto apresenta uma perspectiva de ampliação de vagas porque essa é uma reivindicação histórica do movimento”, mas “nossa luta histórica é pela expansão da educação pública, gratuita e de qualidade”. Para ele, o governo, “com um discurso social, irá financiar o setor privado da educação”, aumentando-lhe o subsídio.

“Constrangimento”

Haddad replicou esses ataques, afirmando que expandir as isenções “era a única maneira de constranger o setor filantrópico a oferecer bolsas, que são obrigação constitucional”, e que “foi esse cons-

trangimento que permitiu o acordo no sentido de oferecer e respeitar as exigências da lei”.

Ele procurou rebater o entendimento da Congregação da FFLCH de que o Sinaes coloca em risco a autonomia universitária. “Na minha opinião isso é um contra-senso. Se aplicarmos o conceito de autonomia da maneira sugerida, sem que se faça um controle, como é que vamos proteger os alunos matriculados em instituições públicas ou privadas que não estejam atendendo a esses critérios de qualidade?”, indagou.

O Sinaes, explicou Haddad, inspirou-se no modelo da Capes, “que é altamente elogiado e vitorioso”, disse. “Carecemos de uma regulamentação para classificar,

conceituar o que são essas figuras e regular a expansão atrelada sim a um sistema nacional de avaliação, que não é de governo, é de Estado”.

Sobre a questão das bolsas no decreto 5.205/04, levantada pelo professor Kerr (“É um disfarce para dar complementação salarial”), Haddad justificou que a medida foi necessária, “porque havia reitores com ameaça de prisão por falta de regulamentação desses repasses”, e admitiu: “Fui eu que falei para colocar no decreto o pagamento de bolsas na questão das fundações. Fizemos sim essa modificação, como norma temporária que visa a corrigir um problema e a bem da justiça”.

SNI e Dops estão de volta?

Estranho, muito estranho: no dia 24/11, véspera da Marcha a Brasília, a Divisão de Operações de Inteligência Policial (Dipol) do governo estadual enviou mensagem eletrônica a todos os distritos policiais, com o seguinte teor: “Solicitamos aos distritos policiais informarem na data de amanhã (25/11/2004) à Divisão de Operações de Inteligência Policial – Dipol, através do telefone 3315-1766 ramal 224, acerca de qualquer tipo de movimentação popular de ‘movimentos sociais’ tais como: Reforma agrária e justiça no campo – MST; Via Campe sina (VC), Contag e outras entidades; Coordenação dos Movimentos Sociais (UNE, CUT, CGT, Central de Movimentos Populares e Pastoral Operária, Andes, Conlutas dentre outros); Pró-Reforma Universitária: UNE, Movimento dos Sem Universidade e Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (Educafro)”.

A mensagem foi divulgada pelo deputado Renato Simões (PT-SP), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, que teve acesso a uma cópia (*Diário de S. Paulo*, 26/11).

O delegado-geral de polícia de São Paulo, Marco Antonio Desgualdo, responsabilizou o governo federal pela iniciativa: a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp, do Ministério da Justiça) teria enviado ofício à Secretaria de Segurança Pública de São Paulo em 18/11, pedindo para “acompanhar a movimentação” daqueles setores.

A mão do GSI

O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, negou que sua pasta tenha feito tal pedido. Porém, sua assessoria de imprensa informou que a Senasp “encaminhou à Polícia Civil de São Paulo um pedido de informações logísticas sobre os participantes das manifesta-



Fac-símiles das edições de 26/11 do *Diário de S. Paulo* e de 28/11 da *Folha de S. Paulo*

ções ocorridas em Brasília”, com o objetivo de “saber quantos ônibus sairiam do Estado e quantas pessoas participariam dos protestos, informações que seriam utilizadas no planejamento do trajeto de autoridades estrangeiras que visitaram o Ministério da Justiça no dia dos protestos” (*Folha de S. Paulo*, 28/11).

A Senasp teria sido o vetor de uma iniciativa do órgão que substituiu a antiga Casa Militar: “Partido do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República o pedido para que as polícias de todos os estados do País vigiassem as atividades dos movimentos e entidades sociais. Documento reservado recebido pela polícia de São Paulo no dia 18 explica a razão da curiosidade: três

eventos que iriam ocorrer em Brasília entre segunda e quinta-feira — a Conferência Nacional da Terra e da Água, a Marcha Nacional de Brasília e a Marcha Pró-Reforma Universitária” (*O Estado de S. Paulo*, 27/11).

Na tarde de terça-feira, 30/11, as entidades citadas na mensagem do Dipol reuniram-se pela segunda vez para tratar do assunto, convocadas pela Comissão de Direitos Humanos da AL e Comissão de Direitos Humanos da OAB-SP. Em pauta a aprovação de um manifesto sobre o episódio, a solicitação de uma audiência com o governador Alckmin e um pedido de abertura de investigação ao MPE e à Ouvidoria da Polícia. A primeira reunião foi no dia 27/11.

Antecedentes

O deputado Renato Simões disse ao *Informativo Adusp*, no dia 30/11, que a situação era “dúbia”. Por um lado, o conteúdo da mensagem do Dipol difere do teor do pedido que a Senasp teria feito. Por outro lado, tal pedido “é totalmente estranho à finalidade da Senasp, e feito à revelia do Ministro da Justiça”. Simões lembrou que a atuação do Dipol tem antecedentes. Em 1999, durante o segundo governo Covas, o deputado recebeu uma denúncia de que o então Departamento de Comunicação Social, antecessor da Dipol, fazia espionagem de movimentos sociais, e comunicou o fato ao secretário da Segurança Pública, Marco Petrelluzzi. Este encarregou o secretário-adjunto, Mário Papaterra Limongi, de acom-

panhar Simões em uma inspeção no órgão.

“Encontramos milhares de fichas de militantes, atualizadas com informações das delegacias seccionais de polícia”, recorda o deputado. Petrelluzzi determinou que o material fosse lacrado e que as atividades ilegais cessassem. No entanto, não há garantias de que isso tenha realmente ocorrido. A propósito, no quadro de pessoal da Dipol trabalha o delegado Massilon Bernardes, um remanescente do Dops.

Sabendo-se que o general Jorge Félix, ministro-chefe do GSI, comunga das mesmas posições verbalizadas pelo Centro de Comunicação Social do Exército sobre a ditadura militar; e que Lula preferiu demitir o ministro da Defesa no lugar do comandante do Exército, temos um cenário em que a defesa das liberdades democráticas volta a ser máxima prioridade.